



SERVIÇO DE COMBATE À POLUIÇÃO DO MAR POR HIDROCARBONETOS



O Despacho do Ministro da Marinha n.º 11 de 29 de Janeiro de 1973 criou o Serviço de Combate à Poluição do Mar por Hidrocarbonetos (SCPMH), a funcionar na dependência directa do então Director-Geral dos Serviços de Fomento Marítimo. Este despacho estabeleceu, para a “metrópole”, as áreas de acção contra a poluição das águas por hidrocarbonetos, os aspectos prevenção, detecção e combate envolvidos nessa acção e as entidades e os organismos do Ministério da Marinha que em tal acção intervêm, definindo as suas competências.

Ao SCPMH foi atribuída, para além de outras, a competência de apoiar do ponto de vista técnico o Director-Geral no desempenho das funções que lhe pertencem nesta matéria, assim como os Chefes das Repartições Marítimas e os comandantes das unidades navais nas acções de detecção e de combate à poluição.

A partir de fins da década de 80 o conceito funcional do serviço, que até então concentrava praticamente todo o material e pessoal para o combate à poluição, foi alterado no sentido da descentralização geográfica dos meios, com a atribuição aos Departamentos Marítimos e algumas Capitánias de equipamentos e materiais para o combate à poluição, em função da natureza e frequência das ameaças, capacitando os órgãos do Sistema da Autoridade Marítima (SAM) para intervenções mais atempadas nas suas áreas de jurisdição.

Este conceito foi posteriormente adoptado e ampliado no Plano de Emergência Nacional para o combate à poluição das águas marinhas, portos, estuários e trechos navegáveis dos rios, aprovado em 1993 e abreviadamente designado por Plano Mar Limpo (PML), ao agregar a si um conjunto de entidades governamentais, autárquicas, portuárias e outras previstas nos planos de intervenção, intervenientes aos diferentes níveis da organização operacional, com o objectivo de se melhorar os resultados de actuação.

Neste sentido, o PML estabeleceu como estruturas operacionais os centros de operações, as bases logísticas e os destacamentos de intervenção nacional, regionais e locais, a activar quando necessário e de acordo com os planos de intervenção, e alargou à autoridade portuária a atribuição de responsabilidades de coordenação das operações de combate na sua área, de acordo com os meios próprios disponíveis e com o grau de gravidade da ocorrência.

A então Direcção-Geral de Marinha (DGM) promoveu a elaboração dos planos de intervenção, regionais para os 5 Departamentos Marítimos e locais para 26 Capitánias, aprovados por despacho conjunto de 16AGO96.

Assim, no âmbito do PML e quando for estabelecido o grau de prontidão de nível nacional, o SCPMH é chamado a actuar, integrando os meios de combate nacionais, sob a direcção e coordenação do Director-Geral da Autoridade Marítima. Quando necessário, reforçará o pessoal e material das bases logísticas que tiverem que apoiar operações em curso.

Em caso de acidente grave ou catástrofe de que possa resultar poluição, a Marinha e os outros ramos das Forças Armadas podem dar o seu contributo em meios humanos e materiais, em conformidade com o despacho 79/MDN/94.

O SCPMH está equipado com barreiras para a contenção de produtos poluentes e protecção de áreas sensíveis, recuperadores e absorventes para a remoção de hidrocarbonetos, tanques para armazenagem provisória, máquinas para a limpeza das zonas costeiras atingidas por derrames e meios de transporte para pessoal e material. Em 1994, foram atribuídas ao SCPMH duas lanchas para o combate à poluição nos portos, a UAM "VAZANTE" e a UAM "ENCHENTE", estando já a decorrer, nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, o processo de construção de dois navios de patrulha oceânica com valência de combate à poluição no mar por hidrocarbonetos.

Até meados de 1995 os meios atribuídos ao serviço de combate à poluição estiveram instalados na Doca do Bom Sucesso, encontrando-se actualmente na Doca da Marinha – base nacional - e possuindo 5 bases logísticas regionais nas Instalações Navais de Tróia e em Portimão, Leixões, Ponta Delgada e Funchal, estando em fase de projecto a criação das bases logísticas da Praia da Vitória – Ilha Terceira e da Horta – Ilha do Faial.

O SCPMH tem vindo a executar uma variada gama de intervenções, a maioria das quais na área do combate à poluição, mas muitas outras também na área da prevenção, pela trasfega de quantidades apreciáveis de hidrocarbonetos ou substâncias químicas contidas em navios sinistrados.

Não podendo ser exaustivo na enumeração dos incidentes ocorridos nas águas de jurisdição nacional, indicam-se no quadro seguinte os de maior dimensão com intervenção significativa do SCPMH:

Navio	Local / Data	Incidentes / Acções
"Jacob Maersk" (tanque)	Leixões JAN 1975	Encalhe e incêndio do navio no terminal de petroleiros de Leixões, transportando 80.000 tons de petróleo bruto. Foram desenvolvidas acções de limpeza dos 15 Km de costa afectada.
"Alchemist Emden" (químicos)	Praia Cambelas FEV 1978	Encalhe do navio carregado com 1600 tons de produtos químicos com características tóxicas e de elevada explosividade. Foi realizada a trasfega para terra do total da carga.
"Marão" (tanque)	Sines JUL 1989	Encalhe no terminal petroleiro de Sines, originando um derrame de 4500 tons de crude. Foram desenvolvidas durante 45 dias operações de limpeza dos 35 Km de praias afectadas.
"Aragon" (tanque)	Porto Santo JAN 1990	Na sequência de um rombo o petroleiro derramou cerca de 25000 tons de crude. Procedeu-se à limpeza da costa afectada durante 60 dias.
Navio desconhecido	Figueira da Foz DEZ 1992	Poluição com crude de origem desconhecida. Foram desenvolvidas durante 2 meses acções de limpeza dos 20 Km de praias afectadas.
"Vianna" (pesca)	Horta ABR 1994	Incêndio e afundamento do navio. Foi realizada a trasfega de 500 tons de gasóleo e 10 tons de lubrificantes.

"Cercal" (tanque)	Leixões OUT1994	Encalhe a entrada do porto, provocando um derrame de 3000 tons de crude. Foi realizada a trasfega de cerca de 20000 tons da carga do navio e operações de limpeza das praias afectadas.
"Coral Bulker" (carga)	Viana do Castelo DEC 2000	Encalhe do navio à entrada do Porto de Viana de Castelo. Procedeu-se à trasfega de combustível, de carga e operações de limpeza das praias afectadas. Foi realizado o desmantelamento do navio.
"Prestige" (tanque)	100 milhas a SW Cabo Finisterra 19 NOV 2002	Afundamento do navio, com derrame de 30000 tons de crude, provocando uma maré negra que afectou seriamente as costas da Galiza – Espanha, tendo Portugal participado nas operações de recolha do produto poluente em alto-mar e estabelecido um sistema de prevenção das praias situadas a norte de Portugal.
"CP Valour" (carga)	Ilha do Faial DEC 2005	Encalhe do navio na Baía das Cabras. Procedeu-se à trasfega de parte do combustível, da carga e operações de limpeza das praias e zonas de costa afectadas. Foi retirado o navio, que se afundou posteriormente, sem impacto ambiental.

A acção da Marinha no domínio do combate à poluição marinha é fundamental não apenas para a defesa dos organismos vivos e salvaguarda da saúde pública, como ainda para a sobrevivência de importantes sectores económicos que dependem da qualidade das águas do mar como a pesca e as actividades ligadas ao recreio e turismo.